

---

# CAMINHOS QUE LEVAM A ROMA: RECURSOS CULTURAIS E REDEFINIÇÕES DA EXCELÊNCIA RELIGIOSA\*

**Ernesto Seidl**

**Universidade Federal de Sergipe – Brasil**

**Resumo:** *A centralidade da aquisição de recursos sociais variados através de processos de internacionalização marca tendência generalizada na dinâmica de recomposição das elites e grupos dirigentes, inclusive a Igreja católica. Dentro desse campo de discussões, o artigo apresenta resultados que buscam dar respostas às seguintes questões: como se encaixaria, nesse processo, uma instituição profissional de caráter supranacional, sediada no Vaticano, com critérios e códigos próprios de recrutamento, seleção e ascensão tal como a Igreja católica? Quais as formas e o peso da circulação internacional na formação de seu corpo religioso e nas lutas pela definição de novas hierarquias de saberes? Que destinos, experiências e competências culturais se impuseram como mais valorizados no atual estado da instituição e como se distribuem as chances de acesso a esses recursos entre seus membros? Por fim, como são vividas e percebidas diferentes experiências de internacionalização de profissionais da Igreja e que lugar tal fenômeno ocupa entre os instrumentos de legitimação da instituição no espaço do poder?*

**Palavras-chave:** *circulação internacional, episcopado, grupos dirigentes, Igreja católica.*

**Abstract:** *The central part played by internationalization in the acquisition of multiple social resources appears as a general trend in the dynamics of recomposition of the elites, including the Catholic Church. In this field of debate, this article seeks to answer the following questions: what is the place of this process in the case of a Vatican-based, supranational professional institution, which has its own codes and criteria of recruitment, selection and ascension? Which are the forms of international circulation and what is its role in the training of the religious body and also in*

---

\* Sou grato aos comentários de Monique de Saint Martin, Jean-Pierre Faguer, Michel Offerlé e Afrânio Garcia, dos quais me beneficei para elaboração deste texto.

*the struggles for the definition of new hierarchies of knowledge? Which destinations, cultural experiences and skills are more valued on the current status of the institution and how is the access to these assets distributed among its members? Finally, how are experienced and perceived the different ways of internationalization of the high clergy and what is the place it takes among the instruments of legitimation within the field of power?*

**Keywords:** *bishops, Catholic Church, elites, international circulation.*

Embora muito em evidência nos últimos anos, a circulação internacional não é fenômeno novo nem em países centrais nem em periféricos. De longa data, estadas mais ou menos longas no exterior aparecem como trunfo clássico entre as estratégias de legitimação e consagração social de frações sociais abastadas. Progressivamente, contudo, sabe-se que frações intermediárias têm buscado na passagem pelo estrangeiro uma porta mais segura para a ocupação de melhores posições através da aquisição de algum tipo de competência relativamente rara em seus países nativos: conhecimento de idiomas valorizados, títulos superiores de graduação e pós-graduação, especializações e MBAs (*Master in Business Administration*), experiências de trabalho e treinamento.

No caso do Brasil – país periférico com ligações intensas com nações centrais como França, Inglaterra e Estados Unidos –, investigações recentes apontam a intensificação das trocas científicas, universitárias e culturais impulsionada pela criação de órgãos específicos de fomento (CNPq e Capes, em especial), no pós-guerra, como esforço estatal de impacto sobre as redefinições do espaço do poder e das disputas entre elites. Entre outros aspectos, a expansão do acesso à internacionalização a frações sociais de origem mais baixa através de programas de estudo guiados pela aplicação do princípio meritocrático foi definitiva na dinâmica de recomposição de grupos sociais e profissionais os mais diversos, com consequentes redefinições nos critérios de excelência social e profissional e nas estratégias de acúmulo de notoriedade e distinção.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Uma primeira parte dos resultados de ampla investigação internacional sobre os efeitos da internacionalização na re-estruturação do poder no Brasil pode ser consultada especialmente na edição 57/58-59/60 da revista *Cahiers sur le Brésil Contemporain* (2004-2005), intitulada *Le Brésil et le marché mondial de la coopération scientifique*, e também em Almeida et al. (2004).

Em todo esse quadro, como se encaixaria uma instituição profissional de caráter supranacional, sediada no Vaticano, com critérios e códigos próprios de recrutamento, seleção e ascensão tal como a Igreja católica? Quais as formas e o peso da circulação internacional na formação de seu corpo religioso e nas lutas pela definição de novas hierarquias de saberes? Que destinos, experiências e competências culturais se impuseram como mais valorizados no atual estado da instituição e como se distribuem as chances de acesso a esses recursos entre seus membros? Por fim, como são vividas e percebidas diferentes experiências de internacionalização de profissionais da Igreja e que lugar tal fenômeno ocupa entre os instrumentos de legitimação da instituição no espaço do poder?

Neste artigo procuro explorar tais dimensões com base num conjunto de dados reunidos no quadro de pesquisas acerca das transformações na alta esfera católica no Brasil (Seidl, 2003, 2005, 2007a, 2007b, 2008), parte desses estudos ainda em evolução.<sup>2</sup> O referencial empírico aqui utilizado compõe-se de universo bastante vasto de profissionais da religião: de um lado, o grupo dos bispos brasileiros vivos, em atividade ou eméritos. Além desses, também estão incluídos bispos nascidos no Estado do Rio Grande do Sul e já falecidos, nomeados sobretudo a partir dos anos 1950; de outro lado, um conjunto muito heterogêneo de indivíduos ocupando postos estratégicos no espaço católico, dentro ou fora da hierarquia institucional: teólogos, professores e dirigentes universitários, pesquisadores e “intelectuais”, reitores de seminário, superiores provinciais, responsáveis de organismos de coordenação (pastorais, Conferência dos Bispos, Caritas, etc.), administradores diocesanos, assessores, entre outros. Além de vários tipos de documentos produzidos pela Igreja, a pesquisa mobilizou leque amplo de fontes de informação, entre as quais as entrevistas de caráter biográfico (n=51) e o trabalho de campo tiveram lugar privilegiado. Por limitações de espaço, o foco das discussões dos resultados estará concentrado no episcopado, polo mais importante da esfera de poder católica.

---

<sup>2</sup> Estas investigações integram o projeto intitulado Trocas Científicas e Recomposição das Elites Nacionais, dentro de acordo Capes-Cofecub.

## Competência religiosa e competência escolar

O fenômeno do aumento nos investimentos em aquisição de recursos culturais e escolares mais diversificados como estratégia para ocupação de postos dirigentes não é apanágio de alguns grupos e se verifica em escala mundial, como mostram, entre muitos outros, os estudos de Bourdieu (1989), Bauer; Bertin-Mourot (1997), Saint Martin (2001), Suleiman (1997) e Wagner (1998), para o caso das elites política, administrativa e empresarial na França e outros países europeus, e os trabalhos de Coradini (2002), Grill (2007), Grün (2004), Loureiro (1998), Almeida; Nogueira (2002), Seidl (2005) e Tavares dos Reis e Grill (2008), igualmente para diversos grupos e frações dirigentes no Brasil.

No que concerne à esfera católica, a imposição de uma competência religiosa baseada na competência escolar, ou intelectual, configura sem dúvida uma das dimensões mais centrais dos mecanismos de regulação do espaço católico. A intensificação considerável na obtenção de diplomas acadêmicos por agentes religiosos como base para ocupação de cargos superiores – implicando a realização de percursos escolares mais longos –, perceptível, sobretudo, entre os membros do episcopado, faz ver com clareza o espaço conferido à cultura escolarmente legitimada dentro dos instrumentos de adaptação da Igreja a públicos mais urbanos e escolarizados e a novas tomadas de posição institucionais. Não apenas a expansão da oferta de formação religiosa, mas também a diversificação do tipo de qualificação e das formas de saber, na qual se destaca a incorporação de áreas “não-tradicionais” da teologia e uma variedade de disciplinas “profanas”, apontam para essa direção.

Ao mesmo tempo em que diversas outras temáticas religiosas adquiriram relevo entre os trunfos acadêmicos valorizados na ascensão profissional – Sagrada Escritura, catequese, espiritualidade, história eclesial, pastoral –, também uma pluralidade de áreas profanas do saber, praticamente ausentes dos percursos escolares dos sacerdotes episcopáveis antes dos anos 1970, passariam a integrar a composição de carreiras religiosas bem sucedidas. Como previsto, predominam diplomas de licenciatura nas áreas de “humanidades”, com destaque, ao lado dos cursos de direito e letras, para aqueles relacionados a atividades da esfera escolar, tais como educação e pedagogia, adquiridos majoritariamente em faculdades católicas pouco tempo após a ordenação

sacerdotal. Em menor quantidade figuram igualmente diplomas em disciplinas das ciências exatas e biológicas ou correlatas (agronomia, química, matemática, demografia, economia), embora raramente haja indicações de uso específico desses recursos ao longo dos trajetos sociais de seus detentores.

Uma das conseqüências de maior visibilidade e importância da centralidade adquirida pelo saber escolar sobre as formas de dominação simbólica da Igreja foi justamente uma redefinição nos modos de exercício da autoridade religiosa, percebida com mais intensidade no âmbito das funções “intelectuais”. Na esteira do Concílio Vaticano II, a readequação dos instrumentos pedagógicos religiosos pela aproximação com a esfera de produção de conhecimento científico, notadamente faculdades e universidades, marcou em definitivo o deslocamento do espaço de reprodução intelectual do corpo religioso das instituições escolares consagradas (de formato “rural”, “fechadas”), para ambientes muito pouco diferenciados do mundo escolar leigo.

Como se pôde depreender a partir de análises das conexões entre o recrutamento religioso e a lógica pedagógica, tanto a vocação à Igreja quanto a formação religiosa são atravessadas por relação muito particular com o universo da escola – o sistema escolar sendo a instância principal de legitimação e de gestão dos projetos religiosos elaborados pelos futuros profissionais da Igreja (Seidl, 2003; Suaud, 1974, 1976, 1978). Em outras palavras, a entrada e a evolução na carreira sacerdotal não podem escapar a uma dupla definição da excelência religiosa que tem por traço fundamental a combinação de critérios propriamente escolares (as notas, o êxito nas disciplinas) com critérios religiosos como a piedade, a obediência, a disciplina e o controle de si. Assim, ao mesmo em que ocupa papel central na legitimação da vocação à Igreja, a escola tende cada vez mais a regular as possibilidades de ascensão individual na carreira. Nesse esquema, a detenção de um capital intelectual diversificado torna-se progressivamente um trunfo decisivo na definição da excelência do *métier* religioso.<sup>3</sup>

Como aponta Garcia Jr. (2005, p. 521), se até o fim da Segunda Guerra Mundial os estudos superiores no exterior eram monopólio virtual das grandes famílias brasileiras – grandes proprietários de terras, grandes comerciantes do

---

<sup>3</sup> Com respeito à expansão e diversificação de diplomas escolares especificamente entre os membros do episcopado, ver Seidl (2005).

comércio exterior, grandes políticos ou altos funcionários –, as exceções eram justamente os membros do clero católico, dado que os candidatos aos postos do alto clero eram enviados a Roma à custa da Igreja. De fato, a precariedade na oferta de estudos básicos de filosofia e teologia e a inexistência de cursos em nível de pós-graduação até os anos 1970 fizeram da passagem por Roma (e em menor escala, por outros países centrais) uma injunção às necessidades institucionais de formação de futuros dirigentes afinados com as diretrizes hierárquicas e intelectualmente distintos. Com um recrutamento realizado crescentemente entre indivíduos oriundos de frações sociais intermediárias e inferiores – filhos de pequenos e médios agricultores e comerciantes, pequenos empregados –, a modalidade de preparação do clero católico configura caso particular de internacionalização de agentes relativamente desprovidos de recursos econômicos e culturais.

O envio ao exterior de uma pequena fração de seminaristas recém-egressos do seminário menor ou já havendo concluído o curso de filosofia – portanto, em um ponto inicial da aquisição das qualificações às funções religiosas – marca uma primeira seleção fundamental dos candidatos a ocupar postos dirigentes numa instituição cujos serviços se diversificavam rapidamente. Símbolo de distinção religiosa que indica não apenas uma competência escolar formal, mas também a incorporação de uma cultura eclesial mais universal, de uma bagagem cultural e religiosa que rompe brutalmente com o universo rural do qual são majoritariamente oriundos, a passagem por instituições de ensino de renome no exterior tem um efeito de filtragem decisivo sobre o universo clerical potencialmente episcopável.

Uma ideia da distinção ligada à realização de estudos em países estrangeiros ainda no período de formação sacerdotal é dada pelos baixos percentuais que tal experiência representava dentre o conjunto de seminaristas. Os registros do mais prestigioso seminário brasileiro até os anos 1960, o Seminário Maior de Viamão (RS), mostram que entre 1954 e 1959, de um universo de 599 alunos matriculados, somente 42 (7%) tiveram oportunidade de estudar fora do país, número que decresce um pouco entre os anos 1960-1963 (15 indivíduos, ou 5%), último período em que a ida ao exterior ainda é anotada no livro de matrículas. Roma concentra de longe os destinos desses jovens. Em proporção muito inferior, figuram Alemanha, França, Bélgica e Suíça, a Argentina sendo o único país periférico (Quadro 1).

País/período	1954-1959	1960-1963	Total
Itália	33	07	40
Alemanha	02	03	05
Argentina	05	–	–
Bélgica	01	–	01
França	–	04	04
Canadá	01	–	01
Suíça	–	01	01
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>15</b>	<b>52</b>
<b>% sobre total de alunos</b>	<b>7,0</b>	<b>5,3</b>	<b>5,7</b>

**Quadro 1.** País de destino e período de envio de alunos do Seminário Maior de Viamão (RS) para estudos no exterior (1954-1963).

Fonte: Livro de registro de matrículas do Seminário Maior de Viamão.

Como antecipado pelos próprios seminaristas – os quais em certa medida já identificavam as hierarquias dos recursos simbólicos institucionais, isto é, os mecanismos de regulação da carreira –, uma vez concluídos os estudos no exterior, praticamente todos esses jovens candidatos ao sacerdócio seriam imediatamente reintegrados ao sistema seminarístico na condição de professor. Não apenas a percepção das divisões entre tarefas intelectuais (principal atalho para o episcopado) e de gestão, mas também a lógica da retribuição esperada pela instituição em troca da oportunidade rara e irrecusável, ficam patentes em muitos depoimentos de religiosos, como no relato abaixo feito por um bispo enviado a Roma pelo cardeal Dom Vicente Scherer em meados dos anos 1950.

[...] estava para fazer 21 anos, entrei no seminário aos 15 [...]. Então, o cardeal me disse: “Você pode tomar café comigo depois da celebração?” Respondi que, se ele quisesse, então eu poderia. Então, depois da cerimônia, fui tomar café e o cardeal falou algumas coisas. “Você é filho do João [...], do professor que lia os cantos, assim, assim, assim... um pai de família...” E a minha mãe me perguntou, depois, o que o cardeal queria. Eu disse que ele não queria nada em especial, que eu achava que o pároco estava ocupado e ele não queria tomar café sozinho

[risos]. Dois dias depois, o reitor me chama e diz assim: “O cardeal escolheu você e o G. para estudar em Roma.” E eu não queria, eu disse: “Eu não quero; eu quero ser padre; [...] vão me escolher para ser professor e eu não quero isso.” (Bispo diocesano, 66 anos, filho de professor primário, catequista e organista da comunidade, licenciado em Direito Canônico, Roma).

Outra forma de se perceber simultaneamente o valor de estadas precoces ou mais tardias no exterior é a comparação do momento em que se dá a oportunidade de circulação, antes ou depois da ordenação sacerdotal, por exemplo. O exame das experiências escolares de membros do episcopado mostra que pouco mais de um quarto dos bispos brasileiros fez os cursos de filosofia e/ou teologia em outro país, com importante variação para os preladados nascidos no Estado do Rio Grande do Sul, para os quais esse percentual é mais do que o dobro (56,25%) entre aqueles sagrados bispos no período 1966-1980. Essa raridade é sensivelmente reduzida, contudo, ao se considerar os estudos pós-ordenação (licenciatura, doutorado e diversas especializações de duração mais curta), cuja proporção sobe para pouco menos da metade (45,1%) do conjunto de religiosos brasileiros, mantendo-se o predomínio da Itália e de outros países europeus como destino central no esquema de treinamento dos futuros dirigentes eclesiásticos.

País/ período sacração	até 1965 (n=12)	1966-1980 (n=16)	1981-2002 (n=32)	Total (n=60)	Mineiros (n=72)	Brasil (n=308)
Itália	05	10	19	<b>34</b>	33	
Alemanha	–	–	01	<b>01</b>	–	
Espanha	–	01	–	<b>01</b>	01	
França	–	01	–	<b>01</b>	04	
Bélgica	–	01	–	<b>01</b>	01	
Argentina	–	01	–	<b>01</b>	–	
Suíça	–	01	–	<b>01</b>	–	
Estados Unidos	–	01	–	<b>01</b>	–	
<b>Total</b>	<b>05</b> <b>(41,6%)</b>	<b>16</b> <b>(100%)</b>	<b>20</b> <b>(62,5%)</b>	<b>41</b> <b>(68,3%)</b>	<b>39</b> <b>(54,1%)</b>	<b>139</b> <b>(45,1%)</b>
Filosofia/teologia	02 (16,6%)	09 (56,25%)	09 (28,1%)	<b>20</b> <b>(33,3%)</b>	17 (23,6%)	84 (27,2%)

### Quadro 2. Episcopado: estudos no exterior.

Fonte: CNBB, 2002.

A partir da década de 1980, no entanto, a Igreja deixa de enviar seminaristas ao exterior e passa a limitar tal modalidade de estudos, via de regra, a sacerdotes já sagrados e mais velhos em busca de recursos escolares através de cursos de especialização. Essa decisão vincula-se simultaneamente a três elementos: a importante expansão da oferta, no país, de cursos de filosofia e teologia nos moldes institucionais desejados (alta titulação do corpo docente, ambientes, didática e abordagens de caráter mais acadêmico e menos segregador); o menor contingente relativo de religiosos disponíveis, fruto das dificuldades de recrutamento religioso e do abandono sacerdotal pós-conciliar (“crise de vocações” e “crise do sacerdócio”), em combinação com altas taxas de crescimento populacional;<sup>4</sup> e, por fim, a prudência de investir apenas em indivíduos mais comprometidos com a instituição, buscando-se evitar os riscos de perda causados pelas eventuais interrupções de projetos sacerdotais.

A consulta ao livro de registros do Pontifício Colégio Pio Brasileiro (1991-2002),<sup>5</sup> principal instituição de acolhimento de religiosos brasileiros em Roma, reforça a dimensão da passagem de estudos pelo exterior como oportunidade para poucos. No período de uma década, somente 412 sacerdotes brasileiros foram recebidos pela instituição a fim de levar a cabo estudos de pós-graduação, cerca de um terço deles em nível de doutoramento. Confrontando esse número com o contingente total de sacerdotes diocesanos no Brasil (incluídos os estrangeiros), tem-se um percentual de 4,6; caso se considerem ainda os sacerdotes religiosos (membros de ordens e congregações), essa cifra cai para 2,4%. O predomínio de indivíduos originários das principais circunscrições religiosas em termos de estrutura institucional e contingente profissional (São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul concentram 55,5% dos enviados ao Pio Brasileiro) sugere acesso muito

---

<sup>4</sup> Entre 1960 e 2000, o contingente sacerdotal no Brasil cresceu em 60%, ao passo que a população teve aumento de 138%. Conferir CNBB (2002), Costa (2002) e IBGE ([s.d.]). Bons indicadores das causas e efeitos da “crise de vocações” são encontrados em De Boni (1980) e Serbin (2008).

<sup>5</sup> O Pontifício Colégio Pio Latino-Americano foi criado em 1858, destinado à formação do clero latino-americano. Grande parte de seus ex-alunos teve papel central no processo de construção institucional e romanização levado a cabo entre o final do século XIX e o decorrer da primeira metade do século XX. Três brasileiros receberam o título de Cardeal: Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e Dom Alfredo Vicente Scherer. Dom Joaquim Arcoverde foi o primeiro latino-americano a ser distinguido pela Igreja com o cardinalato. Em 1934, o Colégio Pio Brasileiro desmembra-se do Pio Latino e passa congregar os estudantes brasileiros, também sob a direção dos jesuítas (Pontifício Colégio Pio Brasileiro, [s.d.]).

desigual a um dos centros de excelência mais disputados da Igreja católica. Tudo leva a crer que tal desequilíbrio nas condições de reprodução dos dirigentes administrativos e intelectuais da Igreja brasileira reforce a estrutura de suas relações de força, centrada em forte hegemonia dos estados acima mencionados e que pode se apreendida, por exemplo, na distribuição dos principais cargos da CNBB, na exposição aos grandes meios de comunicação e no uso da palavra autorizada pela instituição.<sup>6</sup>

Grande parte das estadas precoces fora do Brasil também previa, além da graduação em teologia, a continuidade da formação escolar em nível de mestrado (licença) ou doutorado, recursos exigidos às tarefas de reprodução e de liderança institucionais que lhes seriam futuramente delegadas. Permanecendo fora do país por períodos que variam entre quatro e dez anos, muitos dos jovens seminaristas recebiam a ordenação durante esse momento altamente marcante – de profunda ruptura com seus meios e códigos e estilos de vida de origem – de suas biografias religiosas, vivenciado em termos de deslumbramento com a dimensão da instituição à qual pertenciam, com o universo escolar que lhes era apresentado e, em especial, com a variedade de experiências colocadas em seus horizontes até então limitados à vida dos seminários predominantemente rurais e reclusos.

Marcados pelas novidades bruscamente trazidas pelo contato com religiosos de todo o mundo, pela proximidade às grandes autoridades eclesásticas, maior liberdade de movimento e de inserção em ambientes leigos, viagens a centros religiosos internacionais (santuários, monumentos, Terra Santa, etc.) e por países desenvolvidos, aquisição de novas competências linguísticas e estabelecimento de múltiplas relações pessoais, enfim, por uma gama ampla de oportunidades subitamente ofertadas pela autoridade responsável por sua escolha – a obediência e a fidelidade à ortodoxia institucional seguramente expressariam a principal forma de retribuição desses religiosos à prova de confiança recebida de seus superiores.

É dentro desse grupo que se encontram aqueles prelados guindados aos cargos de maior visibilidade regional e nacional (direção da CNBB nacional, liderança dos principais núcleos hierárquicos no país), exigindo-lhes

---

<sup>6</sup> Como demonstrado em outros trabalhos (Bourdieu; Saint Martin, 1987; Seidl, 2003, 2007b), as condições de elaboração de uma opinião autorizada e o acesso aos meios de comunicação pelos membros do episcopado variam em função direta da posse de recursos culturais e escolares.

frequentes manifestações públicas e o manejo constante de um vocabulário que ultrapassa o domínio da administração espiritual. Por outro lado, aos sacerdotes menos municiados com títulos ou com menor cabedal efetivo de relações pessoais, o itinerário pré-episcopal cumprido inclui principalmente o exercício de funções pastorais diretas, de administração e coordenação de grupos ou serviços específicos, porém geralmente em circunscrições próximas às estruturas superiores, em paróquias importantes ou instituições em centros urbanos.<sup>7</sup>

## Bilhetes para Roma e para a CNBB

Entre o reduzido grupo de 30 bispos que dirigiram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, órgão máximo da Igreja brasileira desde sua criação, em 1952, até o presente, pelo menos 20 tiveram passagem de estudos pelo exterior antes de alcançar o episcopado, segundo informações disponíveis. No entanto, tomando em conta apenas os dirigentes do período posterior ao ano de 1964, percebe-se concentração ainda maior de indivíduos com experiências escolares fora do país; ou seja, de 21 bispos, 18 circularam internacionalmente na condição de estudante. Dentre esses, encontra-se Dom Agnelo Rossi, futuro arcebispo e cardeal de São Paulo, enviado a Roma em 1933, aos 20 anos de idade, para estudar teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. Instalado inicialmente no Colégio Pio Latino-Americano, em 1934 compõe o grupo de 33 alunos que inaugura o Pio Brasileiro, onde recebe a matrícula de número um. Nessa mesma estada em Roma, o então seminarista especializa-se em “protestantismo na América Latina”, também pela PUG; dez anos mais tarde, conclui nova especialização, dessa vez na Argentina, em temática ligada a uma de suas principais frentes de atuação, a “Ação Católica”. Já na condição de bispo de Barra do Piraí (RJ), Dom Agnelo ainda realiza curso de especialização em “catequese” na universidade texana de San Antonio.

Nos seus setenta e quatro anos de existência, já passaram pelo Colégio [Pio Brasileiro] mais de 1800 alunos. A grande maioria deles ocupou ou ocupa atualmente funções importantes no magistério eclesiástico, na direção e formação

---

<sup>7</sup> Para detalhes quanto aos padrões de carreira episcopal, ver Seidl (2003, esp. 356-365).

dos Institutos Filosóficos e Teológicos, nos Seminários ou em outros setores importantes das dioceses, espalhadas pelo Brasil a fora e também por outras regiões do Mundo. Os ex-alunos ordenados bispos já somam 122, dos quais quatro atingiram o cardinalato: D. Agnelo Rossi (também foi aluno do Pio Latino), D. Serafim Fernandes de Araújo e D. Geraldo Majella Agnelo e D. Odilo Pedro Scherer. Na década de sessenta, no decorrer do Concílio Vaticano II, os residentes de então não só tiveram a alegria de conviver com o Episcopado brasileiro, presente, em Roma, por largas temporadas, mas também a oportunidade de participar de conferências e debates, envolvendo os maiores teólogos da época, como Rahner, Congar, De Lubac, Chenu, Ratzinger, Schillebeeckx, etc. Muitos dos padres de hoje, que tiveram a ventura de ser aluno do Pio Brasileiro, naquela época, ainda falam com emoção da extraordinária experiência de Igreja que vivenciaram. (Pontifício Colégio Pio Brasileiro, [s.d.]).

Do atual grupo de religiosos à testa da CNBB (2007-2011), todos apresentam estudos em grandes centros mundiais em seus currículos. Como grande parte dos bispos dirigentes, o atual presidente da conferência, Dom Geraldo Lyrio Rocha, após terminar a Filosofia em Belo Horizonte, teve longa estada em Roma para graduar-se em Teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana), realizar mestrado em Filosofia (Universidade Santo Tomás de Aquino) e finalmente especializar-se em Liturgia (Pontifício Instituto Santo Anselmo). Seu vice, Dom Luiz Soares Vieira, também teve percurso semelhante, embora menos longo e menos rentável em termos de diplomas. Após conclusão da filosofia no Seminário Central de São Paulo, vai a Roma para seguir formação em teologia na PUG, durante cuja estada é ordenado sacerdote.

Por fim, tem-se um caso muito atípico de carreira sacerdotal bem sucedida ao se examinar o itinerário do membro de maior poder efetivo na instituição, o secretário-geral – caso que talvez indique do modo mais claro os rumos da recomposição do alto clero no Brasil. De “vocação tardia” e trajeto escolar raro, aproxima-se do caso dos bispos “herdeiros” franceses estudados por Bourdieu e Saint Martin (1987), os quais compõem um dos polos do espaço episcopal daquele país. Nascido no interior de Minas Gerais, antes de iniciar a formação religiosa obteve titulação em Engenharia Eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, cidade em que atuou como engenheiro no Instituto de Atividades Espaciais e na Ericsson do Brasil. Seu ingresso no sistema escolar da Igreja dá-se, portanto, após aquisição de um dos diplomas superiores mais valorizados do país e de

experiências profissionais em um centro de excelência tecnológica e em uma empresa multinacional do ramo. Assim, depois de cumprido o percurso básico de estudos de filosofia e teologia, somente aos 32 anos de idade é ordenado padre, e pouco tempo mais tarde tem a chance de estudar no exterior ao ser enviado para obter doutorado em Teologia Sistemática pela Universidade Gregoriana de Roma, credenciando-se, indiscutivelmente, aos mais altos postos da Igreja. Aos 47 anos, 15 deles como profissional da religião, é nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Um relato exemplar das experiências de seminaristas em Roma:

P – Gostaria de detalhar um pouco sua formação em Roma.

R – Na Gregoriana abre-se um capítulo novo. Eu fiz a faculdade de Filosofia da Universidade Gregoriana. Nós tínhamos, na universidade, ao menos 75 nações, naquele tempo; e depois aquilo era um mar de mistura de gente, então, entre outras coisas, por exemplo, eu conversava com um americano em italiano, e no outro recreio ele conversava comigo em inglês, e a gente falava tudo misturado nas línguas. Os professores falavam só latim, e a gente também naquele tempo fazia os exames tudo em latim, tanto oral como escrito, sem problema, fazia normalmente. Então, eram professores excelentes; então, nós chegamos na Gregoriana e nós tínhamos uma preparação melhor do que a média dos alunos porque aprendemos a falar e a escrever latim, também outras línguas, então não tivemos grande problema, foi bastante normal.

P – Como foram conduzidos, encaminhados, os seus estudos lá?

R – Foram encaminhados ao nível, à maneira das universidades romanas; sem muita conversa, horários, disciplinas, bastante estudo. E o colégio também incentiva o estudo e eu aproveitei para ler bastante, também; por exemplo, eu lia na sexta, eu lia um trecho da *Suma teológica* de São Tomás; li toda ela, inteira. À noite, eu lia a sagrada escritura em latim; li toda ela. Depois, li o novo testamento em grego, que foi escrito inicialmente em grego, então, todos os dias eu me dedicava. A gente aprendeu várias línguas, eu sei que na filosofia eu fui convidado a fazer uma *disputatio publicca* perante toda a filosofia gregoriana; um monte de gente, e todos os professores, para defender uma tese. [...] nós fomos à Bélgica, fizemos uma viagem de estudos pela Alemanha, minas de carvão, descer naquelas minas, a questão operária, a gente teve contato com as fábricas, de como os operários participam da gestão operária, como participam nos grupos e que tipo de sindicalismo, e nos hospitais como é que funciona o hospital e na política como é que funciona os sistemas na Alemanha Oriental, depois na Alemanha Ocidental. Depois, o sistema inglês [...]. Então, esse mundo..., conheci os países árabes, a peregrinação, uma passagem pelo Egito, bastante longa, pirâmides,

a Síria, a Jordânia, a Palestina, todos aqueles problemas, estavam em guerra, às vezes sim, às vezes não, Israel, uma longa jornada com alguns especialistas. Conheci o Norte da África; África é a região que eu conheci menos; de um lado, o Egito, e do outro lado, Marrocos, Tunísia. [...]. Servi também como estudante, mas como padre já, servi duas vezes em Paris, atendi uma paróquia em Paris, o padre foi de férias e eu fiquei lá, conheci os padres operários que trabalham em fábrica por solidariedade aos operários, conheci a literatura francesa, a França um pouco, tudo naquele tempo. (Bispo diocesano, 66 anos, filho de professor primário, ordenado sacerdote em Roma, sagrado bispo aos 43 anos, responsável por ecumenismo, diálogo inter-religioso e pastoral por sete anos).

#### A “descoberta do Brasil” em Roma e o “clima do Concílio”:

P – Por favor, fale-me um pouco da sua estada lá (em Roma).

R – Lá, foi uma descoberta do Brasil, em primeiro lugar. Mesmo não conhecendo geograficamente todos os estados, praticamente, pela presença de brasileiros, das mais variadas regiões do Brasil e pelos jornais que vinham para lá, pelos bispos que visitavam o colégio; bispos, padres, leigos, nós tivemos um conhecimento, eu ao menos, para mim, muito abrangente da realidade brasileira; sociológica, política e religiosa, evidentemente. E, depois, naquele ano, já estava em preparação o Concílio Vaticano II, que foi o fato mais marcante da Igreja, ao menos do século passado, século XX. Começou em 62; nós chegamos nos preparativos; o Papa João XXIII, que convocou o Concílio em 1959 e abriu em 62, disse: “Nós precisamos abrir as janelas da Igreja, para entrar um novo ar; a Igreja não pode ser um museu que guarda obras preciosas do passado, nós temos que, a Igreja tem que guardar, isso sim, a verdade, e sempre, do evangelho, mas tem que falar esta verdade na linguagem que o homem moderno entende, o homem de hoje”. Então, foi extremamente marcante esse período em Roma; foi toda uma mudança na Igreja, de uma forma que até então era de um modelo, de um tipo, e todos os documentos do Concílio, que foram preparados, praticamente foram mudados. E nós, nas aulas dadas em Roma, da teologia tradicional, nós já estávamos vivendo um outro clima dentro da Igreja. Foi interessante então, em 64, 63, metade do quarto ano, nós fomos ordenados. (Bispo diocesano, 62 anos, filho de pequeno agricultor, ex-professor e reitor de seminário menor, secretário e presidente da CNBB regional por sete anos).

## Circulação internacional, diversificação das competências culturais e *aggionamento* do corpo episcopal

Se é evidente que o envio de estudos ao exterior tem função central de preparar lideranças religiosas dentro de determinados padrões eclesiais de excelência, seus efeitos sobre o corpo clerical não são homogêneos. E isso se deve, em primeiro lugar, à própria miríade de instituições específicas (ordens, congregações, institutos, etc.) que formam a Igreja juntamente com o clero diocesano, com hierarquias, valores e prioridades de atuação, orientações, ritos e também sistemas de formação mais ou menos próprios. Em segundo lugar, coloca-se a multiplicidade de instâncias e serviços religiosos (proliferação de “pastorais” especializadas, novos cargos de direção, grupos temáticos, conselhos de leigos) que incluem tarefas cobrando dos profissionais progressivamente diferentes habilidades, elemento que reforça as possibilidades de exercício variado do papel de dirigente católico.

O exame dos percursos escolares e religiosos do alto clero brasileiro aponta para a intervenção importante de várias propriedades sociais, além das origens sociais e geográficas, em combinação com eventos e conjunturas experimentadas. Entre essas propriedades, o tipo de instituição em que foram realizados os estudos básicos (secundário, filosofia e teologia), de um lado, e, de outro, as “experiências de vida”, os ambientes conhecidos e os contatos com certos grupos ou movimentos aparecem como determinantes à aquisição de disposições religiosas que moldarão preferências e estilos no exercício da função de autoridade eclesial.

Em conexão com esses elementos inclui-se o fator temporal enquadrando biografias desenroladas em distintos momentos de configuração do espaço religioso e em conjunturas históricas variáveis e contando, portanto, na própria constituição das possibilidades profissionais e na modificação das escalas de valores atribuídos a instituições, áreas de conhecimento, a formas de exercício do sacerdócio, enfim, à hierarquia dos recursos disponíveis em cada período. Essa variável é especialmente importante no caso em pauta ao se ter em conta as profundas transformações conhecidas pela estrutura católica e suas diferentes consequências sobre trajetórias sociais compreendendo diferentes períodos de organização da esfera católica – como a “renovação” conciliar – e de determinados “ambientes de época”, como aqueles marcados, por exemplo, por

mobilizações sociais “contra a ditadura” e a aproximação de parte do clero com movimentos sociais e grupos políticos. Ou seja, o impacto representado por alterações na estruturação dos recursos religiosos, bem como as condições de adaptação de disposições religiosas adquiridas em outro contexto variam segundo o momento em que incidem em cada trajeto individual, sendo tanto menos traumática e superficial a incorporação de uma nova cultura religiosa e de um *habitus* sacerdotal quanto mais precoce e intensa a exposição aos novos valores que se impõem.<sup>8</sup>

A fim de demonstrar algumas das possibilidades de combinação dos elementos mencionados, expomos em seguida dois casos, bastante diversos entre si, de carreiras religiosas bem sucedidas. No primeiro deles, de um bispo emérito do clero religioso e ainda vivo, o contato precoce com universos culturais e escolares no exterior, fora do eixo romano, permitiu a elaboração de percurso constantemente refratário a tarefas religiosas tradicionais em benefício de uma devoção ao mundo da “cultura” e a inserções sociais amplas. O segundo caso é do bispo Dom José Ivo Lorscheiter, já falecido, cuja proximidade e comprometimento com o polo hierárquico desde muito cedo favoreceu ingresso privilegiado nos altos círculos eclesiais, por essa via garantindo-lhe boas condições de acesso a novos instrumentos de formação e adaptação das lideranças da instituição.

### Um bispo “especialista em artes”: os efeitos de uma internacionalização privilegiada

Muito à vontade em me dar entrevista numa grande sala da Cúria Metropolitana onde trabalhava como bispo auxiliar (pouco tempo antes de renunciar ao posto, por idade), esse prelado – cuja fisionomia e nome já conhecíamos pela televisão – de ampla “bagagem cultural”, “interessado pelas

---

<sup>8</sup> Tais aspectos são destacados por Suaud (1978, p. 188, tradução minha) ao analisar as condições de recepção das mudanças no espaço religioso sobre uma população heterogênea de sacerdotes de áreas rurais na França: “[...] assim que o dogmatismo com o qual os ‘mistérios’ eram ensinados cede passagem a uma ‘teologia indutiva vindo da realidade’, os seminaristas adquirem esquemas de pensamento suscetíveis de integrar logicamente as demandas religiosas feitas pelas novas frações de leigos e, dessa forma, de lhes conferir um sentido positivo que a maioria dos padres, em seu estado de estruturação religiosa, permanecem incapazes de identificar”.

artes” e responsável pela assistência a grupos de profissionais liberais cristãos, já de início fez questão de enfatizar que passa “mais tempo viajando do que na própria cidade”. Da mesma forma, durante toda conversa citou com entusiasmo quantidade impressionante de autores “célebres”, ex-professores, lugares onde viveu ou esteve, religiosos, autoridades e personalidades que conheceu ou admira, postos e funções que exerceu – elaborando uma imagem de homem cosmopolita realizado, com grande facilidade em se expressar e praticamente sem utilizar os recorrentes termos do jargão eclesiástico.

Dotado de recursos culturais pouco comuns entre membros do episcopado nacional e mais próximo do polo intelectual profano, desde o início de suas atividades como religioso sua inserção profissional esteve centrada na esfera escolar e cultural – inclusive com uma passagem como professor em universidade pública –, mantendo relação nitidamente distanciada com as tradicionais tarefas de distribuição dos bens espirituais e de gestão religiosa (celebrações, crismas, pregações, reuniões com representantes do clero, visitas pastorais diocesanas). À margem dessas questões e do próprio grupo episcopal, demonstra-se principalmente interessado seja em suas “reflexões pessoais” sobre “arte”, “filosofia” e “cultura”, seja em “grandes temas” que trata no âmbito de organismos internacionais da Igreja, como o Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), obrigando-lhe a viajar constantemente.

Neto e filho de pequenos comerciantes urbanos pelo ramo do pai, Dom B. nasceu em meados da década de 1920. Decidido a ingressar na vida religiosa após contato com um padre missionário de uma ordem que atendia sua região, no interior do Rio Grande do Sul, entrou no seminário menor dos carmelitas em Alegrete e fez o noviciado em Porto Alegre. Logo a seguir, é destinado pelo superior provincial dos freis carmelitas a continuar os estudos de filosofia em Montevideú. Após uma primeira experiência “bem sucedida” em país vizinho, é novamente enviado ao exterior, dessa vez a Burgos, na Espanha, para estudar teologia. Naquele país recebe a ordenação sacerdotal aos 23 anos “na célebre catedral gótica de El Burgo de Osma”, como fez questão de assinalar em entrevista. É ao longo de duas estadas na Espanha, divididas em um período “conventual”, de “reclusão” e “interioridade”, e outro de frequente convivência com leigos e de envolvimento em atividades extrarreligiosas ligadas ao mundo das artes, que Dom B. decidiria levar adiante a ideia de se dedicar aos estudos nesse campo.

Ordenado sacerdote e de retorno ao Brasil, recebe nova oportunidade de estudos no exterior, a fim de se especializar. Opta pela “especialização” em Filosofia e Letras na Universidade Complutense de Madri (“os superiores decidiram que eu faria não um curso de especialização, mas o curso completo na célebre universidade”). A partir daí, indica enfaticamente que viveria não apenas uma etapa marcada pela imersão no cotidiano mundano da renomada vida universitária da época (foi aluno de “grandes mestres”, como Ortega y Gasset, assistiu a importantes conferencistas europeus), mas também pelo estabelecimento de relações pessoais com grupo amplo de acadêmicos, intelectuais e representantes oficiais do governo brasileiro. Eleito presidente da Associação dos Estudantes Brasileiros em Madri, começa a criar importantes redes de relações e círculos de sociabilidade a partir da embaixada brasileira na cidade, da qual se tornou tradutor e onde veio a conhecer várias personalidades que transitavam pela capital do país, experiências que marcariam em muito o espaço em que se moveria dentro da divisão do trabalho religioso e no qual se sentiria “bem situado”.

Um jovem carmelita na Espanha: a vida nos museus, o interesse pela arte e as “boas relações”:

Durante a minha permanência em Madri, cinco anos, eu tinha muita ligação com a embaixada. Nosso embaixador, naquele tempo [...] também, aqui do Rio Grande do Sul, tinha dois secretários. Eu era um pouco capelão da colônia brasileira [...], da embaixada [...], então, eu me lembro que, quando passava algum brasileiro, assim, importante, então o embaixador, ele me chamava. Eu me lembro de vários ministros que passaram por lá e eu tinha que acompanhá-los ao Museu do Prado, Palácio Real e a Toledo. Então vinha o Alto da Embaixada, tudo marcado também, e eu me lembro que o nosso poeta, Augusto Frederico Schmidt, que foi embaixador da Unesco em Genebra, ele ficou uns dias em Madri, e eu tinha conhecido a senhora dele. Então, quando chegou o Augusto Frederico, o embaixador me telefonou: “Frei B., está aí um poeta, e o senhor terá que acompanhá-lo.” Então, marcamos para um domingo pela manhã. Então, quando nós tínhamos aula de arte, da história da arte, era no Museu do Prado, que é um dos museus mais ricos em pinturas, para mim não resta dúvidas, é o mais rico em pinturas que eu conheço, mais universal. Então, quando nós saímos do Museu do Prado, hoje ampliado, está muito maior, só que havia no sótão do Museu do Prado, impressionante, quase não havia lugar para expor, o Augusto Frederico Schmidt me perguntou: “Frei B., o que o senhor está estudando?” Daí, eu disse: “Estou estudando filosofia”. Aí, ele disse: “Não, o senhor

deveria ter começado a estudar arte, estética, arte, história da arte, interpretação da arte, reflexão sobre a arte”. Aí, com aquela base do Augusto Frederico, me despertou mais interesse; e não era a primeira vez que eu ouvia isso de gente do Brasil que eu tinha que levar ao museu. Daí, eu me interessei mais; o que mais me interessou foi isso, a história, a teologia mística, a história da arte, e depois eu me dediquei muito à reflexão sobre a filosofia da cultura.

Entre as duas passagens pela Europa, imediatamente após seu primeiro retorno ao Brasil, em 1953, o então jovem religioso é incumbido de dirigir uma revista editada por sua ordem em Porto Alegre. Como o exercício da função exigia o título universitário em jornalismo, teve, então, a possibilidade de obtê-lo pela universidade católica, oportunidade em que foi colega dos “principais jornalistas da capital” já há anos em atividade, mas que também eram obrigados a cursar a faculdade. Embora jamais tenha trabalhado como jornalista, o curso lhe “serviu muito pela cultura geral, e outras matérias como a política, o jornalismo, a importância da comunicação”. Uma vez terminada a licenciatura em Filosofia e Letras em Madri, o futuro bispo inicia por um ano, ainda na Espanha, a atuação como professor, sua “maior realização” (“tinha loucura por ser professor”), a qual continuará em Porto Alegre a partir de um convite para lecionar Antropologia Filosófica, História da Filosofia e Filosofia da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nessa função permaneceria até receber a designação para bispo auxiliar de uma diocese do interior do estado, em finais dos anos 1960, uma mudança de percurso que não se adequava em nada a suas disposições de “homem de cultura”, mais habituado ao universo acadêmico e a discussões intelectuais variadas do que às complexas exigências de gerenciamento de uma diocese e de seu quadro de religiosos (“eu estava muito contente como professor; a coisa mais difícil para mim foi ter deixado a cátedra”).

Se a nomeação para o episcopado aos 41 anos de idade necessariamente lhe interromperia o percurso docente que tanto lhe “realizava”, a condição de prelado auxiliar de um grande centro urbano como Porto Alegre – para onde foi transferido em seguida – e a possibilidade de encontrar espaço nas estruturas especializadas da Igreja lhe permitiria dar continuidade à condução de uma carreira religiosa afastada do padrão de liderança eclesiástica. Assim, o investimento nas perspectivas abertas pela tendência teológica pós-conciliar de “evangelização da cultura” se revelaria estratégia segura à reorientação de uma

competência religiosa *sui generis* dentro de instâncias próximas do polo intelectual, atenuando-lhe a frustração de não poder prosseguir na vida acadêmica.

Dentre os principais postos aos quais consagraria sua carreira episcopal destacam-se aqueles de nível internacional como o de presidente “fundador” do Departamento de Cultura do Conselho Episcopal Latino-Americano – em cujo cargo “fez o 1º Encontro dos Poetas Católicos da América Latina” e também o “1º Encontro dos Romancistas Católicos” – e o de membro da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. No âmbito das atividades diocesanas, sua vinculação com o serviço pastoral para grupos de profissionais da classe média urbana (médicos, advogados, juristas, políticos) e com os assuntos da “cultura” (preservação patrimonial, arte sacra) o manteria dentro do universo para o qual estavam ajustados seus interesses e qualificações e lhe possibilitaria, assim, ter um público – muito distinto daquele da absoluta maioria dos bispos – com quem se relacionar, dar conferências, tratar de temas não exclusivamente espirituais e empregar um vocabulário sofisticado, “ao seu gosto”.

### “Coisas novas e coisas velhas”: um bispo conciliar

O caso da trajetória de Dom José Ivo Lorscheiter (1927-2007), figura de proa da Igreja brasileira a partir dos anos 1970 e especialmente reconhecido por sua atuação nas negociações com os governos militares, pode servir de exemplo das complexas relações entre conjunturas políticas, transformações estruturais da sociedade e a ação de mecanismos escolares de adaptação mobilizados pela instituição católica, dentre os quais ressaltam a aquisição de novas formas de conceber a função religiosa e atuar em acordo com essa visão. Assim, a incidência do período conciliar justamente sobre um momento crucial na carreira desse religioso (mas também de vários outros) – formado numa rígida tradição jesuítica e romana típica da primeira metade do século XX – propiciará um conjunto de manobras acionadas por seus superiores a fim de garantir a adequação de uma fração do corpo clerical às novidades que, de fato, viriam rapidamente. Os efeitos concretos dessas combinações poderão ser vistos em ação quando, pouco tempo depois das experiências do concílio, Dom Ivo e um grupo de bispos assumirão o comando da CNBB e marcarão posições perante o regime militar brasileiro. Em especial, Dom Ivo forjará uma imagem de bispo “conciliador” e “arejado”, moldado para aqueles tempos.

Dom Ivo apresenta um percurso inicial dos mais clássicos entre a elite eclesiástica brasileira até os anos 1980, composto basicamente por estudos de teologia em Roma, seguidos sem interrupção por mestrado e doutorado ao longo de sete anos. Assim como todos seus antepassados, o pai era pequeno agricultor e dois de seus sete filhos fizeram carreira na Igreja. Seguindo o irmão, então seminarista e futuro missionário jesuíta no Japão, Dom Ivo ingressou no Seminário Menor de Gravataí (RS) aos 12 anos de idade e deu continuidade aos estudos de filosofia no Seminário Provincial de São Leopoldo (RS).

Em 1949, aos 22 anos de idade, é escolhido pelo arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, para “estudar teologia e já fazer o doutorado direto”, sendo realizada, assim, a tarefa de garantir a reprodução dos futuros líderes da instituição. Ao voltar da Itália em 1955, assume imediatamente tarefas no recém-criado Seminário Maior de Viamão, no qual realizaria percurso de professor e reitor, intercalado por passagem de dois anos como reitor do seminário menor de Gravataí.

É a essa altura de uma rápida carreira ascensional dentro do sistema escolar que o então padre Ivo recebe a notícia de sua nomeação a bispo auxiliar de Dom Vicente na arquidiocese de Porto Alegre, um mês antes de completar 38 anos. Interessado em permitir que o futuro prelado tivesse contato privilegiado com a série de reorientações eclesiásticas produzidas pelo concílio, o arcebispo o convoca a Roma para ainda poder presenciar os últimos momentos da reunião universal da instituição, experiência “decisiva” para seu entendimento do novo contexto eclesiástico e para a formulação de concepções a orientar sua inserção religiosa como bispo:

P – O senhor esteve como auxiliar em Porto Alegre. O senhor, segundo a informação que eu tenho, foi sagrado bispo aos 38 anos, é correto? Como foi essa..., como o senhor tomou essa escolha?

R – Bom, Dom Vicente Scherer, ele estava em Roma, já nos finais do Concílio Vaticano II, e então ele conseguiu, lá em Roma, a nomeação; e logo, então, mandou que eu fosse pra Roma, nas últimas semanas do Concílio Vaticano II. Sem ser sagrado bispo ainda. Então, fui lá, participei das semanas finais e... bem, a gente tem que aprender assim: na Igreja não se faz carreira. Não tem sentido para nós, clérigos, aquilo é uma vocação, um chamado da Igreja onde Deus quer. Ele achava que eu podia ajudar, então [?]. Então, fiquei em Porto Alegre com ele todos esses tempos, né? Também já entrei aí na CNBB regional...

De fato, as percepções de Dom Ivo sobre o contexto em que se dera sua nomeação e o impacto que a nova configuração do catolicismo pós-conciliar teria em suas concepções e no modo de ocupar o cargo episcopal põem em relevo os mecanismos de adaptação do corpo clerical a uma realidade eclesial que, entre outros aspectos, reduzia substancialmente as barreiras entre sacerdotes e leigos, dando papel inédito a esses últimos nas estratégias da instituição, modificava as relações com os fiéis e entre a própria hierarquia e cobrava a incorporação de um vocabulário constantemente “atualizado” com as “questões da época”.

Por outro lado, se o exercício da profissão religiosa e episcopal, em particular, exigiria dos agentes institucionais uma readequação mais ou menos profunda de acordo com sua geração e tipo de percurso religioso – sob pena de colocarem em xeque sua posição frente ao conjunto de orientações legitimamente produzido pelo Vaticano –, o princípio de “manutenção da unidade” e “conservação da essência da Igreja” continuaria a ser um dos pontos fundamentais do discurso episcopal. Ordenado padre, em Roma, dez anos antes do início do grande *aggionamento* católico, Dom Ivo representaria um exemplo de prelado em alta conformidade com o rumo tomado pela Igreja, reunindo condições favoráveis ao ajuste de suas disposições às exigências de liderar parte de uma instituição progressivamente propensa a se fazer presente em diversas esferas sociais e através de uma linguagem muito variada.<sup>9</sup>

P – O senhor já é bispo há 35 anos, e eu gostaria de lhe pedir sua visão dessa sua experiência larga na Igreja, a visão das principais modificações que ocorreram nesses últimos anos.

R – Quando então, me nomearam bispo auxiliar de Porto Alegre, então era praticamente no fim do Concílio Vaticano II. É claro que eu devia, então, me situar nessa nova conjuntura eclesial e pastoral. E eu tinha, então, a ideia que era o seguinte: que a Igreja não pode mudar substancialmente a sua natureza e a sua, afinal, organização. Mas ela deve também sempre se atualizar e caminhar com os tempos. Então, eu tomei para mim uma frase da Bíblia que é uma frase do próprio Cristo, quando Ele dizia assim: “O verdadeiro sábio no Reino dos Céus é aquele que sabe sempre tirar do seu baú coisas novas e coisas velhas.” É o famoso *Nova et Vetera*.

---

<sup>9</sup> As lógicas de elaboração de discursos oficiais pelo episcopado brasileiro em torno de temáticas da agenda “social” e “política” são abordadas com maior detalhamento em Seidl (2007b).

P – Sim, sim, que é seu lema episcopal.

R – Pois é, mas vem daí, dessa conjuntura do concílio. Então, nada de destruir a natureza da Igreja, mas também, nada de ficar, assim, muito isolado e parado. E creio que aquilo se revelou pra mim no momento, mas também todo esse período, como realmente uma coisa extremamente importante. E não é fácil, né? Porque se alguém, então, é só chamado de progressista, digamos assim, aí eu desconfiaria. Se alguém é chamado só de conservador, eu também devo desconfiar. Agora, saber então unir o novo e o velho, acho que isto é uma sabedoria com [?]. E isso custa, porque tá longe, eu vejo a nossa Igreja, também vejo na CNBB, sempre a grande batalha foi progressista e conservador. E eu não aceito isso, eu quero ser as duas coisas. Fico em cima do muro, mas para equilibrar corretamente a história. E parece que [risos], que eu consegui isso, mas eu acho que a inspiração foi correta.

Nesse sentido, sua imagem de bispo “arejado”, referida por muitos religiosos e também por estudiosos da história da Igreja, assentou-se em grande medida na capacidade de dominar os novos códigos religiosos apontados pela estrutura romana e utilizá-los num contexto em que a hierarquia brasileira encontrava espaço inédito para articular discursos em nome de uma ampla gama de questões e de um novo público “preferencial”. Juntamente com outros prelados conciliares, entre os quais seu primo Aloísio Lorscheiter, o futuro cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e também o “experiente” e “notabilizado” Dom Hélder Câmara – “convertido aos pobres” já em meados dos anos 1950<sup>10</sup> –, Dom Ivo teria papel central na redefinição do modelo de liderança eclesial, a qual, já não mais atribuindo primazia absoluta do espiritual sobre o temporal, precisaria estar em condições de elaborar um “ponto de vista” católico a respeito do cotidiano “econômico”, “político” e “social”.

No caso brasileiro, mas também no de muitos outros países latino-americanos, não se trataria de formular uma mera “visão da Igreja” sobre essas questões, mas de fazê-lo numa posição de confronto ao poder governamental estabelecido e na condição de interlocutor legítimo. Dentre as formas de aquisição dessa competência, a possibilidade de acesso às instâncias e aos agentes institucionais próximos aos círculos de gestação do saber religioso

---

<sup>10</sup> Dentre esses, apenas Dom Hélder não possuía nenhuma especialização escolar relevante. Os outros religiosos haviam obtido doutorado; os dois gaúchos, em Teologia Dogmática (Roma), e Dom Evaristo Arns, em Letras, pela Sorbonne.

“atualizado” – como o contato direto com o “ambiente” do concílio, a participação em suas reuniões ou o convívio com membros que nele tomaram parte –, aparece como trunfo importante no acúmulo (através de documentos da Igreja, livros, discussões) tanto de recursos culturais quanto de um capital de relações valioso à constituição de uma autoridade religiosa reconhecida.

Do mesmo modo, se a posse de imponentes títulos escolares, sobretudo os de doutor em teologia, obtidos em Roma, explicaria parte das condições de consagração institucional desses homens da Igreja, não se pode desconsiderar o peso desses recursos no desenvolvimento das habilidades de “interpretar os sinais dos tempos” e de expressá-los de acordo com o padrão que se impunha, assim como de representar a Igreja nos frequentes encontros com membros da elite política e intelectual, de se dirigir aos meios de comunicação e dar declarações oficiais, tudo isso ao mesmo tempo em que garantia, da forma mais eficiente, a manutenção da imagem de unidade institucional, pedra de toque do corpo episcopal.

Uma nova geração de bispos fruto do Concílio e do regime militar:

P – O senhor conhece muito bem o setor da CNBB. Analisando a formação do nosso episcopado, como o senhor vê suas características mais próprias?

R – Eu acho que o episcopado brasileiro experimentou, nesses anos, quatro anos do Concílio Vaticano II, uma grande e saudável influência. Antes, não era um episcopado, assim, muito saliente no mundo. Mas lá nós vivíamos, eu só não vivi, mas os bispos do Brasil viveram quatro anos em Roma. Na mesma casa. Então, se trocavam ideias, se tinha conferências, se tinha estudos, se compravam livros..., e isso foi marcando muitos. Tanto que aí surgiram lideranças muito importantes, né? E, enfim, você tem os nomes grandes aí que estão na história. Então, Hélder, Arns, Aloísio, etc. Então, creio que isso marcou muito, e isso foi a bênção para os bispos do Brasil e a Igreja brasileira. Porque, quando eles chegaram de volta ao Brasil, tinha havido, então, no país, em 64, o golpe militar. Então, claro [risos], era justamente o contrário do que o Vaticano II queria propor como ação e diretrizes pastorais. Então, interessante que os bispos do Brasil..., acho que foi uma bênção de Deus. Então, tiveram que aplicar agora as lições e intuições muito bonitas do Concílio Vaticano II, e aplicar ao mesmo tempo nessa difícil conjuntura política e social do Brasil. Isso foi..., creio que nos facilitou todo esse caminhar. Porque, inclusive, aí houve, houve mudanças. Porque até ali, claro, basicamente aí começou toda essa nova liderança. Daí acho que foi de onde saíram esses dois polos: a situação militar e o Concílio Vaticano II. Configurou, então uma nova geração de bispos, uma nova liderança e a própria Igreja da CNBB, que já existia, mas aí ela começou a tomar pulso.

Rapidamente destacado em meio ao episcopado nacional e apoiado pela “corrente progressista”, com apenas cinco anos na função de bispo Dom Ivo Lorscheiter foi eleito secretário-geral da CNBB numa chapa liderada por seu primo (três anos mais velho) e futuro cardeal, Dom Aloísio Lorscheider, mantendo-se por dois mandatos consecutivos no posto até vir a ocupar a presidência do órgão, também por oito anos. Nessas funções, exercitou constantemente o uso da palavra respaldada pela instituição nas frequentes manifestações episcopais a respeito dos temas valorizados pela “agenda social” do país – dominada pelo “combate à repressão”, “direitos humanos”, “injustiças sociais”, “redemocratização”, “anistia política”, “reforma agrária”, “dívida externa”.

## Reconfiguração do espaço do poder e desafios do posto episcopal

Uma análise precisa da posição da Igreja católica no espaço do poder no Brasil exigiria a objetivação completa dos muitos rearranjos em curso no interior de diversos grupos dirigentes nas últimas décadas, tarefa das mais difíceis. O conjunto de indicações disponíveis sobre as transformações morfológicas desse espaço permite detectar, no entanto, a imposição de novos recursos culturais e escolares, com destaque a um capital internacional de competência e de relações, nas disputas de poder em domínios sociais tão variados quanto a política, a burocracia estatal, o empresariado, a esfera acadêmico-científica e muito outros – a Igreja não constituindo exceção.

Dotada de instrumentos institucionais privilegiados – presença universal, sede em país central da Europa, ampla e variada rede de formação escolar, etc. –, a Igreja demonstra controlar com rigor sua lógica de reprodução ao lançar mão de estratégias e mecanismos bem definidos de cooptação e formação de seu contingente de especialistas, sobretudo seus dirigentes. Os sérios investimentos na dotação de novas e diversificadas formas de competência religiosa do alto clero brasileiro a partir dos anos 1970 deixam claro um expediente institucional ancorado na esfera escolar (religiosa e “profana”), com destaque aos canais de formação intelectual via internacionalização.

Progressivamente levado a se manifestar a respeito de assuntos que lhe exige competência cultural polivalente em um espaço simbólico altamente competitivo, o alto clero se esforça vivamente em retomar parte do vasto terreno perdido pela instituição católica na distribuição dos bens culturais e da salvação. Situados a meio caminho entre funções estritamente intelectuais

(ofício, por excelência, dos teólogos) e tarefas burocrático-administrativas (incumbência do baixo e médio clero), os bispos parecem enfrentar desafios de ordem múltipla: adaptar-se a sociedades com novas estruturas e formas de viver, produzir discursos de temática variada, complexa e mutável, fazer frente aos novos dados da competição religiosa e garantir sua legitimação dentro das lutas pela dominação simbólica. Tudo indica que Roma continua a ser peça fundamental nessas engrenagens a produzir religiosos mais e melhor diplomados, com acúmulo de experiências no exterior e culturalmente mais versáteis.

## Referências

ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALMEIDA, A. M. F. et al. *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BAUER, M.; BERTIN-MOUROT, B. La tyrannie du diplôme initial et la circulation des élites: la stabilité du modèle français. In: SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. (Dir.). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997. p. 48-63.

BOURDIEU, P. *La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, P.; SAINT MARTIN, M. de. La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, p. 2-53, nov. 1987.

CAHIERS SUR LE BRÉSIL CONTEMPORAIN: Le Brésil et le marché mondial de la coopération scientifique, n 57/58-59/60, 2004-2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Membros e endereços*. Brasília, 2002.

COSTA, E. R. A. *Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil: 1960-2000*. Rio de Janeiro: Ceris: Loyola: Paulus, 2002, (Cadernos Ceris, n. 3).

CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de "participação" política. In: HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 103-154.

DE BONI, L. A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.

GARCIA JR., A. “Circulation internationale et la formation d’une “école de pensée” latino-américaine (1945-2000). *Information sur les Sciences Sociales*, v. 44, n. 2-3, p. 521-555, 2005.

GRILL, I. G. “Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. *Tomo*, n. 10, p. 86-111, 2007.

GRÜN, R. O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional entre engenheiros. In: ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. p. 282-298.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2008.

LOUREIRO, M. R. L’internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, p. 42-51, 1998.

PONTIFÍCIO COLÉGIO PIO BRASILEIRO. *Livro de registros*. 1991-2002.

PONTIFÍCIO COLÉGIO PIO BRASILEIRO. *Do Pio Latino-americano ao Pio Brasileiro: 150 anos de presença brasileira, em Roma*. [s.d.]. Disponível em: <<http://digilander.libero.it/brasileiro/historico.htm>>. Acesso em: 12 out. 2008.

SAINT MARTIN, M. de. ¿Reproducción o recomposición de las elites? Las elites administrativas, económicas y políticas en Francia. *Anuario IEHS*, Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, n. 16, p. 59-72, 2001.

SEIDL, E. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política)–PPGPOL, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2003.

SEIDL, E. *La formation des évêques au Brésil*. Texto apresentado no Colloque International “Circulation Internationale d’Universitaires et Renouveau de l’Espace Culturel”. Paris: EHESS, nov. 2005. Mimeografado.

SEIDL, E. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, 2007a.

SEIDL, E. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano.13, n. 27, p. 145-164, 2007b.

SEIDL, E. *Elites eclesiásticas e recomposição do espaço religioso no Brasil: recrutamento e seleção do alto clero na Bahia, Sergipe e Alagoas*. Projeto de Pesquisa CNPq. 2008. Mimeografado.

SERBIN, K. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUAUD, C. Contribution à une sociologie de la vocation: destin religieux et projet scolaire. *Revue Française de Sociologie*, v. 15, p. 75-111, 1974.

SUAUD, C. Splendeur et misère d’un petit séminaire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 4, p. 66-71, 1976.

SUAUD, C. *La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux*. Paris: Minuit, 1978.

SULEIMAN, E. Les élites de l’administration et de la politique dans la France de la Ve. République: homogénéité, puissance, permanence. In: SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. (Dir.). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997. p. 19-47.

TAVARES DOS REIS, E.; GRILL, I. G. *Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil*. Texto apresentado na 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1-4 jun. 2008.

WAGNER, A.-C. *Les nouvelles élites de la mondialisation*. Paris: PUF, 1998

Recebido em: 31/10/2008

Aprovado em: 03/03/2009